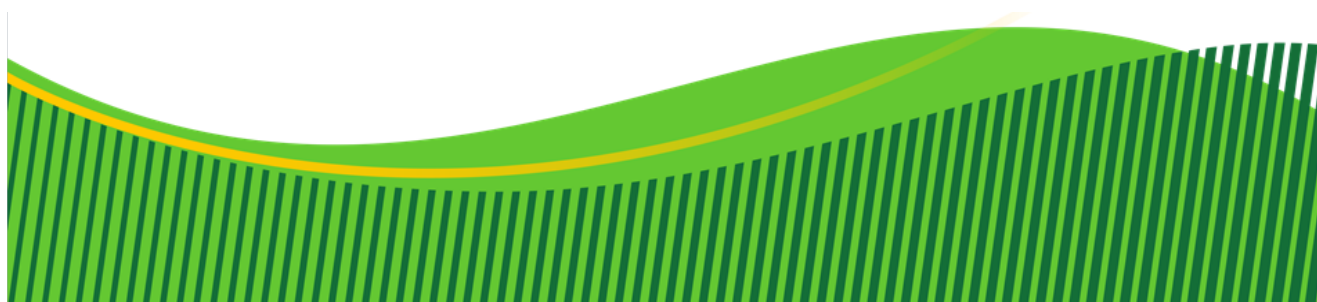


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar—Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da
Produção RS/SC/MG
Sarandi - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

EY|1

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	533.449	530.800	CIRCULANTE	309.961	267.677
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	12.802	4.652	DEPÓSITOS (NOTA 12)	121.556	89.759
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.009	-	Depósitos à Vista	89.125	69.332
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.009	-	Depósitos a Prazo	32.431	20.427
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	33.194	59.361	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	151.347	144.608
Carteira Própria	33.194	59.361	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5	4
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	136.472	170.660	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	151.342	144.604
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	2	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.134	823
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	107	34	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.134	823
Correspondentes no país	371	397	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	4.055
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	135.993	170.227	Empréstimos País - Outras Instituições	-	4.055
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	324.743	278.124	OUTRAS OBRIGAÇÕES	35.924	28.432
Operações de Crédito	335.669	288.907	Cobrança e Arrecadação de Tributos	207	187
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.926)	(10.783)	Sociais e Estatutárias	2.183	1.580
OUTROS CRÉDITOS	20.158	14.649	Fiscais e Previdenciárias	1.086	955
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 07)	108	43	Diversas (NOTA 15)	32.448	25.710
Rendas a Receber	1.206	954			
Créditos Específicos	153	144			
Diversos (NOTA 07 e 08)	19.338	14.001			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(647)	(493)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	4.071	3.354			
Outros Valores e Bens	4.124	3.463			
(Provisão para desvalorização)	(140)	(174)			
Despesas Antecipadas	87	65			
NÃO CIRCULANTE	251.358	135.705	NÃO CIRCULANTE	336.275	288.598
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	53.609	2.985	DEPÓSITOS (NOTA 12)	326.889	283.088
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	53.609	2.985	Depósitos Interfinanceiros	5.239	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	149.840	90.781	Depósitos a Prazo	321.650	283.088
Operações de Crédito	156.103	95.777	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	9.386	5.510
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.263)	(4.996)	Repasse Interfinanceiros	9.386	5.510
OUTROS CRÉDITOS	702	36			
Diversos (NOTA 07 e 08)	745	36			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(43)	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	13.841	12.383	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	138.571	110.230
Outros Investimentos	13.841	12.383	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	71.329	61.311
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	26.364	24.685	De Domiciliados no País	71.712	61.379
Imóveis de Uso	20.929	20.344	(Capital a Realizar)	(383)	(68)
Outras Imobilizações de Uso	14.014	11.643	RESERVAS DE SOBRAS	59.613	44.339
(Depreciação acumulada)	(8.579)	(7.302)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.629	4.580
INTANGÍVEL (NOTA 11)	7.002	4.835			
Outros Ativos Intangíveis	12.652	9.138			
(Amortização acumulada)	(5.650)	(4.303)			
TOTAL DO ATIVO	784.807	666.505	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	784.807	666.505

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	42.426	-	42.426	81.280	-	81.280	70.471	-	70.471
Operações de Crédito	39.983	-	39.983	76.818	-	76.818	65.839	-	65.839
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.441	-	2.441	4.434	-	4.434	4.626	-	4.626
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	28	-	28	6	-	6
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.844)	(33)	(17.877)	(34.071)	(57)	(34.128)	(41.156)	(539)	(41.695)
Operações de Captação no Mercado	(9.863)	(33)	(9.896)	(19.081)	(57)	(19.138)	(24.785)	(41)	(24.826)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.345)	-	(3.345)	(7.164)	-	(7.164)	(6.556)	(498)	(7.054)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.636)	-	(4.636)	(7.826)	-	(7.826)	(9.815)	-	(9.815)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.582	(33)	24.549	47.209	(57)	47.152	29.315	(539)	28.776
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.005)	2.358	(10.647)	(24.363)	4.340	(20.023)	(13.539)	3.295	(10.244)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.285	5.248	9.533	7.833	9.744	17.577	6.340	7.447	13.787
Rendas de Tarifas Bancárias	3.459	-	3.459	6.757	-	6.757	5.676	-	5.676
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.481)	(1.062)	(13.543)	(23.548)	(1.874)	(25.422)	(20.552)	(1.578)	(22.130)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.631)	(1.304)	(9.935)	(17.260)	(2.400)	(19.660)	(14.643)	(1.815)	(16.458)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(24)	(255)	(279)	(124)	(479)	(603)	(155)	(352)	(507)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	6.935	229	7.164	15.039	247	15.286	20.845	270	21.115
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.548)	(498)	(7.046)	(13.060)	(898)	(13.958)	(11.050)	(677)	(11.727)
RESULTADO OPERACIONAL	11.577	2.325	13.902	22.846	4.283	27.129	15.776	2.756	18.532
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	271	207	478	269	228	497	(41)	30	(11)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.848	2.532	14.380	23.115	4.511	27.626	15.735	2.786	18.521
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	324	324	-	(22)	(22)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	196	196	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	128	128	-	(22)	(22)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.848	2.856	14.704	23.115	4.489	27.604	15.735	2.786	18.521
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.489	(4.489)	-	2.786	(2.786)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.848	2.856	14.704	27.604	-	27.604	18.521	-	18.521
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.975)	-	(19.975)	(13.941)	-	(13.941)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.611)	-	(3.611)	(3.340)	-	(3.340)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.090)	-	(1.090)	(654)	-	(654)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.079)	-	(13.079)	(7.851)	-	(7.851)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.195)	-	(2.195)	(2.096)	-	(2.096)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.629	-	7.629	4.580	-	4.580

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	52.124	32.925	-	4.890	89.939
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.400	-	-	(3.400)	-
Destinações para reservas	-	1.467	-	(1.467)	-
Outras destinações	-	-	-	(23)	(23)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.794	-	-	-	4.794
Baixas de capital	(2.305)	-	-	-	(2.305)
Resultado do período	-	-	-	18.521	18.521
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(654)	(654)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.851	-	(7.851)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.298	-	-	(3.340)	(42)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.096	-	(2.096)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	61.311	44.339	-	4.580	110.230
Mutações do Período	9.187	11.414	-	(310)	20.291
Saldos no início do período em 01/01/2018	61.311	44.339	-	4.580	110.230
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.351	-	-	(4.351)	-
Destinações para reservas	-	-	200	(200)	-
Outras destinações	-	-	(200)	(29)	(229)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.894	-	-	-	4.894
Baixas de capital	(2.798)	-	-	-	(2.798)
Resultado do período	-	-	-	27.604	27.604
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.090)	(1.090)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.079	-	(13.079)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.571	-	-	(3.611)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.195	-	(2.195)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	71.329	59.613	-	7.629	138.571
Mutações do Período	10.018	15.274	-	3.049	28.341
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	66.311	44.339	200	12.900	123.750
Destinação resultado exercício anterior					
Outras destinações	-	-	(200)	-	(200)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.752	-	-	-	2.752
Baixas de capital	(1.305)	-	-	-	(1.305)
Resultado do período	-	-	-	14.704	14.704
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.090)	(1.090)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.079	-	(13.079)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.571	-	-	(3.611)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.195	-	(2.195)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	71.329	59.613	-	7.629	138.571
Mutações do Período	5.018	15.274	(200)	(5.271)	14.821

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17.717	31.392	23.374
Resultado do semestre/exercício	14.704	27.604	18.521
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.013	3.788	4.853
Provisão para operações de crédito	2.334	1.410	2.758
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(33)	(34)	133
Provisão para desvalorização de outros créditos	188	197	66
Depreciação do imobilizado de uso	930	1.827	1.108
Amortização do intangível	756	1.347	1.162
Baixas do ativo permanente	46	54	10
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(16)	62	99
Destinações ao FATES	(1.090)	(1.090)	(654)
Dividendos SicrediPar	(102)	15	171
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(57.537)	(50.771)	(24.512)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(52.539)	(52.634)	(2.115)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	28.066	26.167	(28.511)
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.825	1	-
(Aumento) Redução em créditos vinculados	92	(73)	68
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(154)	26	230
(Aumento) em operações de crédito	(109.183)	(107.087)	(96.333)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	28.541	10.614	30.695
(Aumento) em outros créditos	(4.882)	(6.387)	(2.914)
(Aumento) em outros valores e bens	(130)	(683)	(143)
Aumento em depósitos	40.076	75.598	65.369
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	695	312	(91)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5.661)	(4.055)	(12)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(654)	(489)
Aumento em outras obrigações	13.717	8.084	9.734
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(39.820)	(19.379)	(1.138)
Aquisição de Investimentos	-	(1.458)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.396)	(3.560)	(7.669)
Aplicações no Intangível	(1.621)	(3.514)	(1.671)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.017)	(8.532)	(9.340)
Integralização de capital	2.752	4.894	4.794
Baixa de capital	(1.305)	(2.798)	(2.305)
Juros ao capital próprio	(40)	(40)	(42)
Distribuição de Sobras	(200)	(229)	(23)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.207	1.827	2.424
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(42.630)	(26.084)	(8.054)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	191.425	174.879	182.933
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	148.795	148.795	174.879

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região da Produção - Sicredi Região da Produção RS/SC/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/07/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	12.802	4.652
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	135.993	170.227
Total	148.795	174.879

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.009	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	2.009	-
Total circulante	2.009	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	53.609	2.985
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	3.347	-
DI entre Banco e Cooperativas	47.086	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.176	2.985
Total não circulante	53.609	2.985

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	33.194	59.361
Total circulante	33.194	59.361

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	173.549	132.473	306.022	216.549
Financiamentos	12.224	12.654	24.878	15.205
Financiamentos rurais e agroindustriais	149.896	10.976	160.872	152.930
Carteira total	335.669	156.103	491.772	384.684

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	108	-	108	43
Devedores por compra de valores e bens	509	743	1.252	46
Títulos e créditos a receber (i)	16.171	2	16.173	10.486
Total	16.788	745	17.533	10.575

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Crédito	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	210.058	190.316	1.051	952
Nível B	1,00	198.977	130.778	1.991	1.308
Nível C	3,00	68.795	45.892	2.064	1.377
Nível D	10,00	15.618	10.964	1.562	1.096
Nível E	30,00	4.153	6.242	1.246	1.873
Nível F	50,00	2.500	2.783	1.250	1.392
Nível G	70,00	2.754	1.340	1.928	938
Nível H	100,00	6.450	6.944	6.450	6.944
Total (i)		509.305	395.259	17.542	15.880

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 337 (2017 - R\$ 392).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				Total da Carteira	2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.806	36.226	48.174	54.996	142.202	108.457
Rural	98	36.897	112.901	10.976	160.872	152.930
Industrial	218	8.985	11.259	20.161	40.623	23.553
Comércio	983	21.451	33.576	28.996	85.006	65.884
Outros Serviços	728	15.257	22.898	41.719	80.602	44.435
Total	4.833	118.816	228.808	156.848	509.305	395.259

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	55.700	10,94	37.162	9,40
50 devedores seguintes	89.695	17,61	59.149	14,96
100 devedores seguintes	57.342	11,26	49.221	12,45
Demais	306.568	60,19	249.727	63,18
Total	509.305	100	395.259	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	16.272	13.448
Constituição de provisão	7.826	9.815
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.219)	(6.991)
Saldo final	17.879	16.272

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.306 (2017 - R\$ 2.776), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.689 (2017 - R\$ 8.725).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	84	74
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	598	1.987
Devedores por compra de valores e bens	509	11
Devedores por depósitos em garantia	153	148
Impostos e contribuições a compensar	515	405
Títulos e créditos a receber	16.171	10.485
Valores honrados	-	46
Cotas de consórcio	-	131
Devedores por convênios	191	169
Operações com cartões	403	33
Pendências a regularizar	462	113
Outros	252	399
Total Circulante	19.338	14.001

Devedores por compra de valores e bens	743	35
Títulos e créditos a receber	2	1
Total não circulante	745	36

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	4.124	3.463
Imóveis	3.404	2.467
Veículos e afins	46	237
Bens em regime especial	674	759
Despesas antecipadas	87	65
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(140)	(174)
Total Circulante	4.071	3.354

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 140 (2017 - R\$ 174) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	7.492	6.034
Sicredi Participações S.A.	6.348	6.348
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	13.841	12.383

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.058.706 ON	2.058.706 ON	1	1	7.492.292	6.033.914
	4.289.070 PN	4.289.070 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,72%	0,73%	0,62%	0,61%	1,95%	1,72%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	6.348	6.348	1	1	7.492	6.034

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	34.943	(8.579)	26.364	24.685
Imobilizações em curso	-	792	-	792	-
Terrenos	-	3.056	-	3.056	3.056
Edificações	4%	17.873	(1.024)	16.849	16.986
Instalações	10%	2.810	(1.789)	1.021	846
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.990	(2.830)	2.160	1.928
Sistema de comunicação	10%	487	(151)	336	335
Sistema de processamento de dados	20%	2.837	(1.577)	1.260	838
Sistema de segurança	10%	857	(379)	478	337
Sistema de transporte	20%	1.241	(829)	412	359

Intangível (i)	12.652	(5.650)	7.002	4.835
Investimentos Confederação	10.976	(5.343)	5.633	4.436
Outros ativos intangíveis	1.676	(307)	1.369	399
Total	47.595	(14.229)	33.366	29.520

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	89.125	-	-	89.125	69.332
Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.239	5.239	-
Depósitos a prazo	9.564	22.867	321.650	354.081	303.515
Total	98.689	22.867	326.889	448.445	372.847

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	151.342	144.481
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	151.342	144.481
Outros Recursos	-	123
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	123
Total circulante	151.342	144.604
Recursos do Crédito Rural	9.386	5.510
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.386	5.510
Total não circulante	9.386	5.510

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	4.055
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	4.055
Total circulante	-	4.055

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	4.253	6.261
Obrigações por convênios oficiais	5	5
Provisão para pagamentos a efetuar	6.616	4.597
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	733	671
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.761	1.497
Pendências a regularizar	292	44
Operações com cartões	16.313	10.288
Demais fornecedores	874	925
Credores diversos	1.601	1.422
Total circulante	32.448	25.710

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	593	362	(373)	582
Cível	78	235	(162)	151
Total	671	597	(535)	733

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	582	593
Cível	Provável	151	78
Total		733	671

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 587; R\$ 576; R\$ 83 (2017 - R\$ 978, R\$ 474 e R\$ 83), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	71.329	61.311
Total de associados	56.553	53.944

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.018 (2017 – R\$ 9.187), sendo R\$ 7.922 (2017 – R\$ 6.698) via integralização de resultados e R\$ 4.894 (2017 – R\$ 4.794), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.798 (2017 – R\$ 2.305).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.611, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	27.626	18.521
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.603)	(7.779)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	4	-
Provisão resgate de milhas cartão	64	34
Provisão PPR	(63)	36
Receita com atos cooperativos	9.708	6.609
Juros sobre capital próprio	1.517	1.403
Outros	351	(303)
Subtotal	11.581	7.779
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(22)	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	55.618	2.985
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	33.194	59.361
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	135.993	170.227
Outros Créditos - Rendas a receber	966	694
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	525	1.982
Investimentos (Nota 10)	13.841	12.383
Intangível (Nota 11)	5.633	4.436
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	160.728	150.114
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	4.055
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	16.555	10.275
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.434	4.626
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.577	4.871
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	11.325	18.050
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.164	7.054
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	882	722
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.576	8.301

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	113	0,13%	191
Depósitos a prazo	232	0,07%	699
Operações de crédito	808	0,16%	2.590

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.246	2.493

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	711	619
Despesa de aluguéis	1.901	2.026
Despesa de comunicação	1.269	1.165
Despesa de manutenção e conservação	1.485	1.356
Despesa de material	415	358
Despesa processamento dados	431	321
Despesa de promoções e relações públicas	2.121	1.170
Despesa de propaganda e publicidade	425	321
Despesa de seguro	132	91
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.854	1.824
Despesa de serviços de terceiros	613	637
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.622	1.480
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.033	701
Despesa de serviços de transportes	704	683
Despesa de viagem	478	233
Despesa de depreciação	2.036	1.204
Outras despesas administrativas	2.430	2.269
Total	19.660	16.458

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	877	819
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.884	17.460
Reversão de provisões operacionais	2.538	1.977
Outras rendas operacionais	987	859
Total	15.286	21.115

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	466	284
Contribuições Cooperativistas	118	104
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	300	251
Contribuição Confederação Sicredi	6.321	5.558
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	734	687
Encargos da administração financeira	72	97
Repasso administradora de Cartões	280	482
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.137	1.066
Outras provisões operacionais	2.785	1.819
Outras despesas operacionais	1.745	1.379
Total	13.958	11.727

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	117.522	94.305
Coobrigações em cessões de crédito	3	3
Total	117.525	94.308

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	131.569	106.795
Nível I (NI)	131.569	106.795
Capital principal - CP	131.569	106.795
Capital social	71.329	61.311
Reservas de capital	59.613	44.339
Lucros acumulados	7.629	4.580
Ajustes Prudenciais	(7.002)	(3.435)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	668.897	540.815
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	600	322
Margem de Capital (i)	60.734	49.688
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,67%	19,75%
Situação de Imobilização (Imob)	26.365	26.087
Índice de Imobilização (Imob / PR)	20,04%	24,43%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Luis Francisco Sander
Diretor Executivo
CPF: 412.353.630-15

Catiane Longhi Menin
Diretora de Operações
CPF: 006.225.680-78

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20